

Ano letivo 2022/2023

**PROGRAMA DE**  
**DIREITO DAS OBRIGAÇÕES II**

**Regência:** Prof. Doutor António Menezes Cordeiro  
Prof<sup>a</sup> Doutora Madalena Perestrelo de Oliveira

**PARTE IV – CONSTITUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES**  
**(Continuação)**

**Capítulo XII – A gestão de negócios**

**Secção I – Dimensões histórico-comparatísticas**

- § 1.º Aspetos gerais e Direito romano
- § 2.º Direito intermédio e codificações

**Secção II – A experiência lusófona**

- § 3.º A evolução do Direito lusófono
- § 4.º As consagrações legislativas

**Secção III – Dogmática geral**

- § 5.º Modalidades, figuras afins e funções
- § 6.º Requisitos

#### **Secção IV – Regime e efeitos da gestão**

- § 7.º A situação do gestor
- § 8.º A situação do dono
- § 9.º A situação dos terceiros

#### **Secção V – Aplicações e natureza da gestão**

- § 10.º As aplicações da gestão
- § 11.º A natureza da gestão

### **Capítulo XIII – O enriquecimento sem causa**

#### **Secção I – Coordenadas histórico-comparatísticas**

- § 12.º Noções prévias e Direito romano
- § 13.º Direito intermédio
- § 14.º Os grandes sistemas: Napoleão, BGB e inglês
- § 15.º Direito europeu

#### **Secção II – A experiência lusófona**

- § 16.º Das origens ao Código de Seabra
- § 17.º Os Códigos Vaz Serra (1966) e brasileiro (2002)
- § 18.º A aplicação do Código Vaz Serra

#### **Secção III – Dogmática geral**

- § 19.º Modalidades
- § 20.º Funções e figuras afins
- § 21.º Requisitos gerais
- § 22.º A obrigação de restituir

## **Secção IV – Os enriquecimentos em especial**

- § 23.º A repetição do indevido
- § 24.º Enriquecimentos por prestação
- § 25.º Enriquecimentos por intervenção e por pagamento de despesas
- § 26.º O enriquecimento trilateral

## **Capítulo XIV – A responsabilidade civil**

### **Secção I – Sistema geral e coordenadas históricas**

- § 27.º Sistema geral
- § 28.º Das XII Tábuas ao *Corpus Iuris Civilis*
- § 29.º Os pressupostos romanos
- § 30.º O Direito intermédio

### **Secção II – Os grandes sistemas continentais**

- § 31.º Napoleão e a *faute*
- § 32.º Jhering, a ilicitude e a culpa
- § 33.º A dualidade de modelos e as suas consequências

### **Secção III – O modelo anglo-saxónico e o Direito europeu**

- § 34.º O modelo anglo-saxónico
- § 35.º O Direito europeu

### **Secção IV – A experiência lusófona**

- § 36.º Pré-codificação e Códigos de Seabra e brasileiro de 1916
- § 37.º Guilherme Moreira e a recepção do sistema moderno
- § 38.º O Código Vaz Serra: o modelo híbrido
- § 39.º O Código brasileiro de 2002

## **Secção V – Dogmática geral**

### **Subsecção I – Modalidades e tipologias**

- § 40.º As responsabilidades aquiliana e obrigacional
- § 41.º Aquiliana e obrigacional: alcance, concurso e terceira via
- § 42.º Outras distinções e figuras afins

### **Subsecção II – Extensão, escopos e importância**

- § 43.º Extensão e escopos
- § 44.º Importância

### **Subsecção III – Os pressupostos da responsabilidade civil delitual**

- § 45.º Os sistemas de pressupostos
- § 46.º O facto
- § 47.º A ilicitude
- § 48.º A culpa
- § 49.º As causas de justificação
- § 50.º As causas de excusa
- § 51.º O dano
- § 52.º O nexo de causalidade

## **Secção VI – Situações aquilianas em especial**

- § 53.º Ofensa do crédito e do bom nome
- § 54.º Conselhos, recomendações ou informações
- § 55.º A prevenção do perigo (deveres de tráfego)

## **Secção VII – A responsabilidade pelo risco**

- § 56.º Génese e desenvolvimento da responsabilidade pelo risco
- § 57.º A responsabilidade do comitente
- § 58.º A responsabilidade do Estado e de outras entidades públicas
- § 59.º Os danos causados por animais
- § 60.º Os acidentes de viação
- § 61.º Instalações de gás e eletricidade

§ 62.º A responsabilidade do produtor

§ 63.º A responsabilidades ambiental

### **Secção VIII – A responsabilidade pelo sacrifício**

§ 64.º A responsabilidade pelo sacrifício

### **Secção IX – O dever de indemnizar**

§ 65.º O regime do dever de indemnizar

§ 66.º O concurso de imputações

§ 67.º Montante e natureza da obrigação de indemnizar

## **I – O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

### **Capítulo I – Condimentos sistemáticos e culturais do cumprimento**

§ 68.º O cumprimento e o sistema

§ 69.º O cumprimento na História

§ 70.º O cumprimento no Direito comparado

§ 71.º O sistema lusófono e o cumprimento

### **Capítulo II – A dogmática do cumprimento**

§ 72.º Terminologia, sede legal e princípios

§ 73.º Os princípios do cumprimento

§ 74.º O prazo da prestação

§ 75.º O lugar da prestação

§ 76.º Legitimidade para cumprir

§ 77.º Legitimidade para receber a prestação

§ 78.º A imputação do cumprimento

§ 79.º A prova do cumprimento e a quitação

§ 80.º Os efeitos do cumprimento

**Capítulo III – Construção  
jurídico-científica do cumprimento**

§ 81.º A axiologia do cumprimento

§ 82.º A natureza do cumprimento

**Capítulo IV – A *culpa post pactum finitum***

§ 83.º A pós-eficácia: problema e explicação geral

§ 84.º Explicações específicas para a pós-eficácia

§ 85.º Tipos de pós-eficácia

§ 86.º A pós-eficácia estrita

**II – O NÃO-CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

**Capítulo I – Coordenadas histórico-culturais  
do não-cumprimento**

§ 87.º Enquadramento e modalidades do não-cumprimento

§ 88.º O Direito da perturbação das prestações

**Capítulo II – O cumprimento retardado**

§ 89.º A mora do devedor

§ 90.º A mora do credor e o atraso imputável a terceiros

§ 91.º A declaração de não-cumprimento

§ 92.º O não-cumprimento definitivo

**Capítulo III – A exceção do contrato não-cumprido**

§ 93.º Pressupostos, origem e evolução da *exceptio*

§ 94.º O regime de exceção de não-cumprimento

## **Capítulo IV – A impossibilidade**

### **Secção I – Coordenadas gerais da impossibilidade**

- § 95.º A impossibilidade e a sua evolução
- § 96.º A impossibilidade no Direito comparado
- § 97.º A impossibilidade no sistema lusófono

### **Secção II – O regime da impossibilidade**

- § 98.º Dogmática básica da impossibilidade
- § 99.º Outras modalidades de impossibilidade
- § 100.º Prestações recíprocas e impossibilidades indiretas
- § 101.º O *commodum* de representação; regime do risco

### **Secção III – A impossibilidade imputável**

- § 102.º A impossibilidade imputável ao devedor
- § 103.º A impossibilidade imputável ao credor
- § 104.º A impossibilidade imputável a um terceiro

## **Capítulo V – O não-cumprimento frontal**

- § 105.º A não-execução culposa
- § 106.º Evolução da responsabilidade contratual por atos de terceiros
- § 107.º A responsabilidade por atos de representantes ou auxiliares

## **Capítulo VI – A violação positiva do contrato**

- § 108.º Evolução histórico-dogmática da violação positiva do contrato
- § 109.º A situação atual da violação positiva do contrato
- § 110.º O cumprimento imperfeito

**Capítulo VII – Fixação contratual  
dos direitos do credor**

**Secção I – A limitação contratual**

§ 111.º As cláusulas limitativas de responsabilidade

**Secção II – A cláusula penal**

§ 112.º Evolução histórico-comparatística da cláusula penal

§ 113.º A evolução lusófona da cláusula penal

§ 114.º Dogmática básica da pena convencional

§ 115.º O regime da cláusula penal

**Secção III – O sinal**

§ 116.º O sinal e o seu regime

**Capítulo VIII – A realização coativa da prestação**

§ 117.º A ação de cumprimento e a execução

§ 118.º A sanção pecuniária compulsória

§ 119.º A cessão de bens aos credores

**III – A MODIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E A  
ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS**

**Capítulo I – A modificação das obrigações**

§ 120.º Modificações em geral



## **Capítulo II – A alteração das circunstâncias**

### **Secção I – Aspetos gerais e dimensões histórico-comparatísticas**

- § 121.º Dimensões jurídico-científicas da alteração de circunstâncias
- § 122.º Evolução histórica: a *clausula rebus sis stantibus*
- § 123.º Da pressuposição à base do negócio
- § 124.º A base do negócio
- § 125.º Da imprevisão à onerosidade excessiva
- § 126.º Dados evolutivos da alteração das circunstâncias

### **Secção II – Excurso: o equilíbrio financeiro**

- § 127.º Excurso: o equilíbrio financeiro nos contratos públicos

### **Secção III – A experiência lusófona**

- § 128.º A alteração das circunstâncias até 1966
- § 129.º A delimitação da alteração das circunstâncias
- § 130.º A alteração das circunstâncias e o Direito vigente (437.º/1)

### **Secção IV – A crise de 2009/2014 e a jurisprudência**

- § 131.º Aspetos gerais da crise de 2009/2014
- § 132.º O sector financeiro e a alteração de circunstâncias

## **IV – A TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES**

### **Capítulo I – Da transmissão das obrigações**

- § 133.º A transmissibilidade das obrigações

## **Capítulo II – A cessão de créditos**

### **Secção I – Dimensões históricas e comparatísticas**

§ 134.º Evolução histórico-comparatística da cessão

§ 135.º A cessão nos Direitos uniforme e europeu

§ 135.º A cessão na experiência lusófona

### **Secção II – O regime da cessão**

§ 136.º O âmbito da cessão

§ 137.º O objeto da cessão

§ 138.º O regime da cessão

§ 139.º A notificação ao devedor

## **Capítulo III – A sub-rogação**

§ 140.º A evolução da sub-rogação

§ 141.º O regime da sub-rogação

## **Capítulo IV – A assunção de dívida**

§ 142.º Origem e evolução histórica da assunção

§ 143.º A assunção de dívida na experiência lusófona

§ 144.º Sistema e objeto da assunção de dívida

§ 145.º O regime da assunção de dívida

§ 146.º As vicissitudes da assunção de dívida

§ 147.º A eficácia e a natureza da assunção de dívida

## **Capítulo V – A cessão da posição contratual**

§ 148.º Origem da cessão da posição contratual

§ 149.º Sistema e objeto da cessão da posição contratual

§ 150.º O regime e a natureza da cessão da posição contratual

## **V – A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES**

§ 151.º Quadro geral da extinção das obrigações

### **Capítulo I – A supressão da fonte da obrigação**

§ 152.º Generalidades; papel da resolução

#### **Secção I – Da resolução**

§ 153.º Aspetos históricos da resolução

§ 154.º Os pressupostos da resolução

§ 155.º Exercício e efeitos da resolução

§ 156.º A natureza da resolução e o seu exercício indevido

§ 157.º A resolução e a indemnização

#### **Secção II – Da revogação**

§ 158.º A revogação; problemática histórico-comparatística

§ 159.º Regime e natureza da revogação

§ 160.º A revogação/arrependimento do consumidor

#### **Secção III – Da denúncia, da oposição à renovação, da renúncia e da caducidade**

§ 161.º Denúncia, oposição à renovação e renúncia

§ 162.º Da oposição à renovação

§ 163.º Da renúncia

§ 164.º Da caducidade

### **Capítulo II – Os sucedâneos do cumprimento**

#### **Secção I – A dação em cumprimento**

§ 165.º Evolução histórico-comparatística da dação em cumprimento

§ 166.º O regime e a natureza da dação em cumprimento

## **Secção II – A consignação em depósito**

§ 167.º Evolução histórico-comparatística da consignação em depósito

§ 168.º O regime e a natureza da consignação em depósito

## **Secção III – A compensação**

§ 169.º Introdução e evolução histórica da compensação

§ 170.º Os grandes sistemas da compensação

§ 171.º A experiência lusófona da compensação

§ 172.º Os requisitos da compensação

§ 173.º O âmbito da compensação

§ 174.º A efetivação da compensação

§ 175.º A exclusão da compensação

§ 176.º Natureza da compensação; compensações contratuais e anómalas

## **Secção IV – A novação**

§ 177.º Aspetos histórico-comparatísticos da novação

§ 178.º O regime da novação

## **Secção V – A remissão**

§ 179.º A remissão

## **Secção VI – A confusão**

§ 180.º A confusão

**Bibliografia:** António Menezes Cordeiro, *Tratado de Direito civil*, VIII e IX, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, reimp.;  
*Idem* (coordenação), *Código Civil Comentado*, II – *Das obrigações em geral*, Almedina, Coimbra, 2021.  
Outras indicações constam das obras acima indicadas.